



EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2019

01 - PREÂMBULO:

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE ADUSTINA - BA**, através de sua Pregoeira designada pela Portaria nº 002 de 18 de janeiro de 2019, torna público, para conhecimento dos interessados que realizará às 09 (nove) horas do dia 27/02/2019, na sede da Prefeitura, situada a Av. José Joaquim de Santana, s/n, Bairro Centro, Adustina/BA, Licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL**, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, conforme descrito neste edital e seus anexos. O procedimento licitatório que dele resultar obedecerá integralmente a Lei Federal nº 10.520, de 17/07/2002, Lei Complementar nº 123/2006 alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666/93, suas alterações e demais legislação complementar.

Data de Abertura: 27/02/2019

Local: **AUDITÓRIO DO PRÉDIO DA PREFEITURA**

Horário: 09hs

1.1 A presente licitação para efeitos de julgamento será do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**

1.2 A entrega da proposta leva a licitante a aceitar e acatar as normas contidas no presente edital.

02 - OBJETO:

02.1. Contratação de empresa para o fornecimento de gêneros alimentícios (frutas e verduras) destinados ao preparo da merenda escolar e do Programa Mais Educação do Município de Adustina/BA, conforme especificações e condições constantes no Edital e Termo de Referência – Anexo I do Pregão Presencial nº 010/2019.

03 – DA PARTICIPAÇÃO:

03.1. Poderão participar deste pregão empresas interessadas do ramo de atividade pertinente ao objeto desta licitação que atenderem às exigências de habilitação.

03.2. Não será permitida a participação de empresas:

- a) Empresas concordatárias ou cuja falência tenha sido declarada, que se encontrem sob concurso de credores ou em dissolução ou em liquidação;
- b) Declaradas inidôneas por ato do Poder Público quer da Prefeitura Municipal de Adustina– BA e seus órgãos descentralizados; quer das demais prefeituras, de Governos Estaduais ou da União e seus órgãos da Administração indireta;
- c) Impedidas de licitar e contratar com a Administração Municipal de Adustina/BA e quaisquer de seus órgãos descentralizados;
- d) Reunidas em consórcio;
- e) Enquadradas nas disposições do artigo 9º da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.
- f) Empresas estrangeiras que não funcionam no país.

03.3. É vedada ao agente político e ao servidor público de qualquer categoria, natureza ou condição, celebrar contratos com a Administração direta ou indireta, por si ou como representante de terceiro, sob pena de nulidade.

04. PARTICIPAÇÃO DAS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

04.1. Por força do que dispõe o Capítulo V, artigos 42 a 45 da Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, a participação das microempresas e empresas de pequeno porte, terão tratamento diferenciado e favorecido a ser dispensado no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, especialmente no que se referem à preferência nas aquisições de bens e serviços pelos Poderes Públicos, observados as seguintes regras:

04.2. A condição de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, para efeito do tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar 123/2006, deverá ser comprovada mediante apresentação de declaração firmada pelo representante legal da empresa, de não haver nenhum dos impedimentos previstos no §4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, (Anexo II) acompanhada da certidão simplificada expedida pela Junta Comercial (Conforme Instrução Normativa nº 103, Art. 8º do Departamento Nacional de Registro do Comércio, de 30/04/2007, publicado no DOU de 22/05/2007) ou Declaração de Enquadramento Validada pela Junta Comercial;

04.3. A apresentação da Certidão/Declaração referida no item anterior para comprovação de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte deverá ser apresentada juntamente com o documento de credenciamento, sob pena de não aplicação dos efeitos da Lei Complementar nº 123/2006;

04.4. A Certidão/Declaração deverá estar com data de emissão não superior a 180 (cento e oitenta) dias consecutivo de antecedência da data prevista para o recebimento dos envelopes contendo “ Proposta” e “ Documento”, sob pena de não aceitabilidade.



04.4.1. **Observação:** A consulta de optante pelo Simples Nacional não substitui a Certidão/Declaração da Junta Comercial.

04.5. As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação em certames licitatórios, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

04.6. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

04.7. A não regularização da documentação, no prazo previsto no § 1º do artigo 43 da Lei Complementar nº 147/2014, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

04.8. O prazo para regularização de documentos de que trata o § 1º do artigo 43, não se aplica aos documentos relativos à Habilitação jurídica e à Qualificação Técnico e Econômico – financeira.

04.9. Na presente licitação será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.

04.10. A falsidade das declarações prestadas, objetivando os benefícios da Lei Complementar Federal nº 123 de 14 de setembro de 2006, poderá caracterizar o crime de que trata o artigo 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das sanções administrativas previstas na legislação pertinente, mediante o devido processo legal, e implicará, também a inabilitação da licitante, se o fato vier a ser constatado durante o trâmite da licitação.

05 - EDITAL DE LICITAÇÃO INFORMAÇÕES E IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

05.1. O edital completo estará disponível no endereço eletrônico: <http://io.org.br/ba/adustina/> - **ACESSO A INFORMAÇÃO**. Informações relativas a presente licitação deverão ser esclarecidas pela Pregoeira, a qual será auxiliada pela equipe de apoio através do e-mail: licitacaoadustinaba@gmail.com ou pelo telefone: (75) 3496-2130/48.

05.2. Eventuais impugnações ao edital deverão ser dirigidas a pregoeira e protocolizadas nos dias úteis, das 08h00min às 12h00min horas, no Departamento de Licitações, sito Av. José Joaquim de Santana, s/n, Centro, na Cidade de Adustina-BA, em até 2 (dois) dias úteis antes da data da abertura da sessão do pregão, conforme legislação vigente.

05.3. Caberá a Pregoeiro, com o auxílio da Comissão de Apoio, decidir sobre a impugnação no prazo de 24(vinte e quatro) horas.

05.4. No ato de apresentação da impugnação, é obrigatória a apresentação de CPF ou RG, em se tratando de pessoa física, e de CNPJ, em se tratando de pessoa jurídica (por documento original ou cópia autenticada).

05.5. Quando o acolhimento da impugnação implicar alteração do edital capaz de afetar a formulação das propostas, será designada nova data para a realização da sessão pública do Pregão.

06 - ABERTURA DA LICITAÇÃO:

06.1. A sessão para recebimento dos documentos das proponentes será pública e realizada em conformidade com a legislação citada no item 01 deste edital, suas cláusulas e anexos, bem como as normas complementares.

06.1. A fase de abertura da licitação observará sequencialmente, as etapas estabelecidas neste item.

07 – CREDENCIAMENTO:

07.1. A empresa proponente deverá se apresentar para credenciamento junto à pregoeira por um representante devidamente munido de documento que o credencie a participar deste procedimento licitatório, devendo, ainda, no ato de credenciamento, identificar-se exibindo a carteira de identidade ou outro documento equivalente contendo foto.

07.2 Para fins de credenciamento deverão ser apresentados os documentos abaixo, devendo obrigatoriamente apresentar os dados constantes do **Anexo III**:

07.2.1. Instrumento público de procuração com poderes específicos para formular lances verbais e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome da empresa proponente, com prazo de validade em vigor; ou;

07.2.2. Instrumento particular de procuração com poderes específicos para formular lances verbais e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome da empresa proponente, acompanhado de cópia de seu contrato social ou estatuto, no caso de Sociedade Anônima, devidamente acompanhada de documentos de eleição de seus administradores;

07.2.3. Tratando-se de sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado da empresa proponente, cópia do respectivo estatuto ou contrato social, registrado na Junta Comercial, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura, no caso de Sociedade Anônima, devidamente acompanhado de documentos de eleição dos administradores.



- 07.3. Nenhuma pessoa, ainda que munida de procuração, poderá representar mais de uma empresa no presente certame, sob pena de exclusão sumária das representadas.
- 07.4. Os documentos supram referidos poderão ser apresentados no original ou por qualquer processo de cópia reprográfica autenticada e será retida, pela Pregoeira, para oportuna juntada no processo administrativo pertinente a presente licitação.
- 07.5. Somente poderão participar da fase de lances verbais os representantes devidamente credenciados. A empresa que tenha apresentado proposta, mas não esteja devidamente representada, terá sua proposta avaliada, porém, não poderá participar das rodadas de lances verbais.
- 07.6. Caso a proponente esteja representada por proprietário, sócio, dirigente ou pessoa de condição assemelhada, deverá apresentar documento comprobatório da sua condição, no qual estejam expressos os seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em nome daquela, também acompanhado de documento pessoal de identificação.
- 07.7. Após os respectivos credenciamentos, as licitantes entregarão a Pregoeira a declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação, de acordo com o estabelecido no Anexo IV do Edital.
- 07.8. Declarada a abertura da sessão pela Pregoeira, não mais serão admitidos novos proponentes, dando-se início ao recebimento dos envelopes.
- 07.9. Serão abertos os envelopes “n.º 01”, contendo as propostas de preços, sendo feita a sua conferência e posterior rubrica.
- 07.10. Serão abertos os envelopes “n.º 02”, contendo a documentação, somente da empresa vencedora.

08 - RECEBIMENTO E ABERTURA DOS ENVELOPES

08.1. Encerrada a etapa de credenciamento, proceder-se-á ao recebimento dos envelopes contendo as propostas comerciais e os documentos de habilitação, em invólucros separados, indevassáveis, lacrados e rubricados no fecho, que deverão conter os seguintes dizeres em sua face externa:

ENVELOPE “n.º 01” EDITAL DE PREGÃO Nº 010/2019 PROPOSTA DE PREÇO RAZÃO SOCIAL DA PROPONENTE E RESPECTIVO CNPJ
--

ENVELOPE “n.º 02” EDITAL DE PREGÃO Nº 010/2019 DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO RAZÃO SOCIAL DA PROPONENTE E RESPECTIVO CNPJ
--

- 08.2. A proposta de preço deverá:
- 08.2.1. Ser apresentada em 01 (uma) via, conforme modelo do Anexo VIII, impressa em papel timbrado da proponente, redigida com clareza, sem emendas, rasuras, acréscimos ou entrelinhas, datada, rubricada em todas as folhas e assinada por seu representante legal;
- 08.2.2. Indicar nome ou razão social da proponente, seu endereço completo, telefone, fax e endereço eletrônico - se houver -, bem como o nome, profissão, números de CPF e RG, domicílio e cargo de seu representante legal;
- 08.2.3. Ter validade não inferior a 60 (sessenta) dias corridos, contados a partir da data de sua apresentação;
- 08.2.4. Ser apresentada com valores unitário e total de cada item, e valor total da proposta, em moeda corrente nacional, expressos em algarismos e valor total dos itens de sua proposta por extenso. Em caso de divergência entre os valores unitário e total, serão considerados os primeiros e, entre os expressos em algarismos e por extenso: prevalecerá o menor destes.
- 08.2.5. Os preços cotados devem ser equivalentes ao praticado no mercado.
- 08.2.6. Conter declaração expressa de que o preço cotado inclui todos os custos e despesas necessários ao cumprimento integral das obrigações decorrentes da contratação, tais como, custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, despesas com pessoal, e quaisquer outros necessários ao cumprimento integral do objeto deste edital e seus anexos.
- 08.2.7. Conter oferta precisa, sem alternativa de preços ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado.
- 08.3. Não serão aceitos pleitos de acréscimos no preço ofertado, a qualquer título;
- 08.4. Quaisquer tributos, custos e despesas diretos ou indiretos omitidos da proposta ou incorretamente cotados, serão considerados como inclusos nos preços, não sendo considerados pleitos de acréscimos, a esse ou qualquer título, devendo ser os materiais fornecidos a Prefeitura Municipal de Adustina - BA, sem ônus adicionais.
- 08.5. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências essenciais deste edital e de seus anexos, bem como as omissas e as que apresentarem irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento.



08.6. Consideram-se exigências essenciais, aquelas que não possam ser atendidas, no ato, por simples manifestação de vontade do representante e aquelas cujo atendimento, nesse momento, possa representar risco de fraude aos princípios da licitação.

09 - JULGAMENTO DAS PROPOSTAS:

09.1. Após a fase de credenciamento e identificação dos representantes das empresas licitantes, a Pregoeira procederá à abertura dos envelopes contendo as propostas de preços, verificando, primeiramente, a conformidade das propostas com os requisitos estabelecidos neste edital e seus anexos. E em seguida, procederá o julgamento e classificação dessas propostas, sendo que serão classificadas para a fase de lances verbais somente as propostas que atenderem plenamente aos requisitos deste edital.

09.2. O critério para julgamento das propostas será por **MENOR PREÇO POR ITEM**, desde que atendidas todas as condições estabelecidas no presente edital e seus anexos, observadas as especificações técnicas definidas neste edital, sendo por tanto desclassificadas as propostas em desacordo com o mesmo, ou que apresentarem preços excessivos ou inexequíveis, nos termos do inciso II do art. 48, da Lei 8.666/93.

09.3. Serão qualificadas pela pregoeira para ingresso na fase de lances, a proposta classificada que atendeu ao Edital e que apresentou menor preço, correspondente ao **MENOR PREÇO POR ITEM** e todos os demais licitantes classificados que tenham apresentado propostas em valores superiores em até 10% (dez por cento), relativamente, à proposta de **MENOR PREÇO POR ITEM**.

09.4. Não havendo pelo menos 03 (três) ofertas nas condições previstas no item anterior, serão selecionados para a fase de lance os autores das melhores propostas, até o máximo de 03 (três) quaisquer que sejam os preços oferecidos.

09.5. Considerando o estabelecido no item anterior, caso haja proposta empatadas na terceira posição, todas elas participarão da etapa de lance.

09.6. Se, com os critérios acima, não for possível a obtenção do número mínimo de três proponentes, seja por desinteresse do mercado seja por desclassificações de propostas escritas, o certame transcorrerá normalmente com dois licitantes na fase de lances. No caso de comparecimento de apenas 01 (um) licitante, a Pregoeira verificará a aceitabilidade de sua proposta, observando se o preço está de acordo com o praticado no mercado e negociará com proponente a fim de obter melhor oferta. Em seguida, examinará a documentação de habilitação e se esta atender ao Edital e seus Anexos, será o licitante declarado vencedor.

09.7. A fase de lances se processará em rodadas consecutivas, nas quais os representantes dos licitantes selecionados poderão formular, sucessivamente, ofertas verbais, na oportunidade de cada um, até que se obtenha o menor preço possível.

09.8. Os licitantes só poderão ofertar um lance por rodada.

09.9. O primeiro lance caberá ao autor da proposta selecionada de maior preço. Logo depois, a pregoeira convidará individualmente, em ordem decrescente de preços, os demais licitantes selecionados para ofertarem seus lances, seguindo a mesma sequência nas rodadas subsequentes.

09.10. Caso duas ou mais propostas escritas apresentem valores iguais, para se estabelecer a ordem de oferta de lances, serão realizados sorteios, cujos vencedores deverão assumir os lugares subsequentes na sequência;

9.10.1. Havendo microempresas ou empresas de pequeno porte entre as licitantes empatadas, esta terá a preferência de contratação, de acordo com o Art. 44, da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações posteriores;

9.10.2. Entende-se por empate, aquelas situações em que propostas apresentadas pelas microempresas ou empresa de pequeno porte, sejam iguais ou até 5% (cinco por cento), superior à proposta mais bem classificada de **MENOR PREÇO POR ITEM** conforme parágrafo 2º do art. 44 da Lei Complementar 123/06 e alterações posteriores;

9.10.3. A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá, dentro do prazo máximo de 5 (cinco) minutos a partir da convocação pela pregoeira, apresentar preço inferior aquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado o objeto a seu favor;

9.10.4. Não ocorrendo à contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do subitem 9.10.1, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem nas hipóteses dos itens 9.10.2 e 9.10.3 deste edital, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

9.10.5. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido no item 9.10.2 deste edital, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta;

9.10.6. Na hipótese da não-contratação nos termos previstos nos itens 9.10.1, 8.10.2, 9.10.3, 9.10.4 e 9.10.5, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame;

9.10.7. A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada, pela Comissão, para apresentar verbalmente nova proposta no prazo máximo de 05 (cinco) minutos, sob pena de preclusão, que deverá ser entregue impressa, carimbada e assinada em papel timbrado da empresa, no prazo máximo de 01 (um) dia útil, contado da comunicação do resultado lavrado em Ata;



- 9.10.8. O disposto item 9.10.1, 9.10.2, 9.10.3, 9.10.4 e 9.10.5 somente se aplicarão quando a proposta mais bem classificada não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte e houver microempresa ou empresa de pequeno que se encontrem no intervalo estabelecido no item 9.10.2 deste edital;
- 9.10.9. Nos demais casos, ocorrendo igualdade de preços entre 02 (duas) ou mais propostas, cumprido o disposto no Art. 3º, §2º, incisos, II e III da Lei Federal nº 8.666/93, será promovido sorteio, mediante convocação de todos os licitantes participantes do certame, nos termos do Art. 45, §2º do mesmo Diploma Legal.
- 9.11. Os lances deverão ter seus valores distintos e mais reduzidos do que os propostos anteriormente.
- 9.12. A formulação de lances não é obrigatória. A eventual recusa do licitante em ofertar lance, quando for convidado, seja na rodada inicial seja nas subseqüentes, implicará, apenas, sua exclusão da fase de lances nas rodadas ulteriores. Contudo, nessa hipótese, o preço da proposta escrita ou do último lance formulado, conforme o caso, será mantido, para efeito de ordenação das propostas.
- 9.13. O preço da proposta escrita do licitante sem representação continuará válido na etapa de lances, se ela for selecionada para tanto.
- 9.14. Casos não se realizem lances verbais, a pregoeira verificará a conformidade entre a proposta classificada escrita de menor valor e o valor estimado para contratação, com base na média de valores apurados na fase interna da licitação.
- 9.15. Os lances deverão ficar adstritos à redução dos preços, não se admitindo ofertas destinadas a alterar outros elementos da proposta escrita.
- 9.16. Quando convidado a ofertar seu lance, o representante do licitante poderá requerer tempo, para analisar seus custos. O tempo concedido não poderá exceder 5 minutos.
- 9.17. A pregoeira deverá registrar os lances ofertados, podendo, para tal fim, usar meios eletrônicos de gravação.
- 9.18. A etapa de lances será considerada encerrada quando todos os participantes dessa etapa declinar da formulação de lances.
- 9.19. Declarada encerrada a fase de lances, a pregoeira procederá à classificação dos licitantes, considerando os valores lançados, e examinará a aceitabilidade do menor lance proposto, quanto ao objeto e ao preço, decidindo motivadamente a respeito.
- 9.20. Se a proposta do primeiro classificado for aceita, a pregoeira deverá abrir o respectivo envelope de documentação, para confirmar as condições habilitatórias, consoante às exigências deste Edital.
- 9.21. Constatado o atendimento das exigências habilitatórias, o licitante será declarado vencedor, sendo-lhe adjudicado o objeto do certame.
- 9.22. Se a oferta de menor preço não for aceitável ou se o licitante desatender às exigências habilitatórias, a pregoeira examinará a oferta subseqüente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à habilitação do proponente. A pregoeira continuará semelhante procedimento, seguindo a ordem de classificação, até encontrar uma proposta que atenda a este Edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor e a ele adjudicado o objeto do certame.
- 9.23. Nas situações previstas nos subitens 9.14, 9.19 e 9.22, a pregoeira poderá negociar diretamente com o proponente, para que seja obtido preço melhor.
- 9.24. A adjudicação do objeto ao vencedor somente será feita pela pregoeira se não houver manifestações recursais.
- 9.25. Após a adjudicação do objeto a pregoeira concederá o prazo máximo de 01 (um) dia útil para a reformulação da proposta por parte do(s) licitante(s) vencedor (es), podendo ser prorrogado a critério da administração, sob pena de desclassificação caso ocorra o descumprimento deste.
- 9.26. Após o encerramento da fase de lances verbais, com a classificação das propostas na forma prescrita neste edital, serão devolvidos os envelopes fechados dos concorrentes desclassificados, contendo a respectiva documentação de habilitação, desde que não tenha havido recurso ou após sua denegação.
- 9.27. Decididos os recursos, caberá à autoridade superior adjudicar os objetos da licitação ao vencedor.
- 9.28. Da reunião lavrar-se-á ata circunstanciada, na qual serão registradas as ocorrências relevantes e que, ao final, deverá obrigatoriamente ser assinada pela Pregoeira e licitantes presentes, ressaltando-se que poderá constar a assinatura da equipe de apoio, sendo-lhes facultado este direito.

10 - HABILITAÇÃO - ENVELOPE Nº 02

10.1. Os documentos para fins de habilitação, a ser incluída no envelope, pelas licitantes, serão constituídos de:

10.1- HABILITAÇÃO JURÍDICA:

- a) Registro comercial no caso de empresa individual;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e no caso de sociedades por ações, acompanhado dos documentos relativos à eleição de seus administradores.
- c) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim



o exigir;

Observação: Para todos os efeitos, considera-se como ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, o documento de constituição da empresa, acompanhado da(s) última(s) alteração (ões) referente(s) à natureza da atividade comercial e à administração da empresa, ou a última alteração consolidada.

10.2 - QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

10.2.1. Certidão Negativa de Falência ou Recuperação Judicial expedida pelo distribuidor da sede do licitante ou através da Internet, expedidas nos últimos 30 (trinta) dias anteriores à data da entrega das propostas;

10.2.2. Apresentação de Balanço Patrimonial e Demonstrações contábeis do último exercício social, já exigível e apresentado na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados quando encerrado a mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta.

10.2.2.1. O Balanço e às Demonstrações Contábeis deverão estar assinados por contador devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade.

10.2.2.2. A comprovação da boa situação financeira da empresa licitante será avaliada pelo Índice de Liquidez Geral (ILG), igual ou superior a 1,0 (um) obtido a partir de dados do Balanço, através da seguinte fórmula:

$$\text{ILG} = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE} + \text{REALIZÁVEL A LONGO PRAZO}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}} \geq 1,0$$

10.2.2.3. Comprovar o Índice de Liquidez Corrente (ILC), igual ou superior a 1,0 (um) obtido a partir de dados do Balanço, através da seguinte fórmula:

$$\text{ILC} = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}} \geq 1,0$$

10.2.3. As empresas constituídas no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço de abertura ou do último balanço patrimonial levantado, conforme o caso. Devendo está publicado em Jornal ou autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio do proponente.

10.2.4. Serão considerados aceitos como forma da Lei o Balanço Patrimonial e Demonstrações contábeis assim apresentados:

10.2.4.1. Publicados em Diário Oficial ou em Jornal de Grande Circulação;

10.2.4.2. Registrados ou autenticados na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante;

10.2.4.3. Por cópia do Livro Diário, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da empresa, na forma da Instrução Normativa nº 11, de 05 de dezembro de 2013, do Departamento de Registro Empresarial e Integração – DREI, acompanhada obrigatoriamente dos Termos de Abertura e de Encerramento;

10.2.5. O licitante deverá elaborar um quadro demonstrativo com os índices indicados nos itens: 10.2.2.2 e 10.2.2.3, demonstrando de forma clara a sua situação econômico-financeira, devidamente assinado por contador registrado no Conselho Regional de Contabilidade e Habilitado, sendo obrigatório a comprovação da sua habilitação mediante certidão de regularidade profissional emitida de forma tempestiva a assinatura do respectivo demonstrativo. Ressalta ainda, que a não demonstração da situação econômico-financeira, como supra mencionada desqualificará a condição da licitante, mesmo que esta situação possa ser verificada em seus demonstrativos.

10.3 - PROVA DE REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

a) Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF);

b) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, se houver relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

c) Prova de Regularidade para com a Fazenda Pública Federal - Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos e Contribuições Federais e a Dívida Ativa da União;

d) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual;



- e) Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante;
- f) Prova de regularidade junto ao FGTS;
- g) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), expedida gratuita e eletronicamente, para comprovar a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho.

h) Declaração da empresa proponente conforme modelo Anexo VI deste Edital, que atende ao inciso V, do artigo 27º, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, que se refere ao inciso XXXIII, do artigo 7º da Constituição Federal, que diz o seguinte: "proibição do trabalho noturno perigoso ou insalubre, aos menores de 18 (dezoito) anos e de qualquer trabalho a menores de 14 (quatorze) anos, salvo na condição de aprendiz”.

i) Declaração sob as penalidades cabíveis, a inexistência de fato superveniente que possa impedir a sua habilitação neste certame, inclusive na vigência contratual caso venha a ser contratado, conforme modelo Anexo II.

10.3.1- Os documentos extraídos por via internet terão seus dados conferidos pelo Pregoeiro ou por membro da equipe de apoio através do site correspondente.

10.3.2 - As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, beneficiárias do tratamento diferenciado e favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

10.4 - QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

10.4.1. A qualificação técnica será comprovada através da apresentação dos seguintes documentos:

- a) Alvará de Localização e funcionamento, expedido pela Prefeitura da sede do licitante, em plena vigência;
- b) Apresentação da Licença Sanitária Estadual ou Municipal (Alvará de Saúde) em vigor;
- c) Comprovação de aptidão do desempenho de atividades pertinentes e compatível com o objeto da licitação, através da apresentação de 01 (um) ou mais atestado, fornecido (s) por pessoa jurídica de direito público ou privado;
- d) Certidão Negativa de Improbidade Administrativa no Cadastro de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade do Conselho Nacional de Justiça da Pessoa Jurídica e de seus sócios e/ou empresário.

10.4.2. Sob pena de inabilitação, Os documentos necessários à habilitação da empresa deverão ser apresentados em original, ou por qualquer processo de cópia autenticada por Cartório competente, ou de acordo com o disposto na Lei Federal nº 8.666/93, em seu artigo 32.

10.4.3. Os documentos extraídos por via INTERNET terão seus dados conferidos pela Pregoeira ou por membro da sua equipe de apoio, através do “site” correspondente.

10.4.4. Não será aceito protocolo de entrega ou solicitação de documento, em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus Anexos.

10.4.5. Se a documentação de habilitação não estiver de acordo com qualquer dispositivo deste Edital e seus Anexos, a Pregoeira considerará a licitante inabilitada, podendo esta receber as penalidades cabíveis.

10.4.6. O documento apresentado com o prazo de validade expirado acarretará na inabilitação da licitante. As certidões que não possuem prazo de validade, somente serão aceitas com data de emissão não superior a 30 (trinta) dias, contados da data da abertura do Pregão.

11 - INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES:

11.1. Os documentos referentes às certidões negativas de débitos que forem apresentados, sem que neles constem seus prazos de validade, serão considerados válidos pelo prazo de 90 (noventa) dias a contar de sua expedição e os documentos extraídos por via INTERNET terão seus dados conferidos pela Pregoeira ou por membro da sua equipe de apoio, através do “site” correspondente.

11.2. Sob pena de inabilitação, Os documentos necessários à habilitação da empresa deverão ser apresentados em original, ou por qualquer processo de cópia autenticada por Cartório competente, ou de acordo com o disposto na Lei Federal nº 8.666/93, em seu artigo 32.

11.3. Se a documentação de habilitação não estiver completa e correta ou contrariar qualquer dispositivo deste Edital e seus anexos e, observado ainda o disposto nos itens 23.10 e 23.11 deste Edital, a Pregoeira considerará o proponente inabilitado.

11.4. Quaisquer tributos, custos e despesas diretos ou indiretos omitidos da proposta ou incorretamente cotados, serão considerados como inclusos nos preços, não sendo considerados pleitos de acréscimos, a esse ou qualquer título, devendo os materiais ser fornecidos a esta Prefeitura Municipal de Adustina – BA, sem ônus adicionais.

11.5. Os materiais, do objeto deste Edital, deverão ser prestados conforme ordem de fornecimento expedida pelas secretarias responsáveis em conformidade com o anexo I.

11.6. A empresa proponente deverá apresentar proposta de preço global ao objeto da licitação.

11.7. A proposta depois de entregue é irrevogável e irrenunciável.



11.8. Sob pena de inabilitação, todos os documentos a que se referem ao item 10.0 deste Edital, deverão estar nome/razão social da licitante, o número do CNPJ/MF e o endereço respectivo, observado que:

11.8.1. Se a licitante for à matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz;

11.8.2. Se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial;

11.8.3. Se a licitante for à matriz e o serviço for realizado pela filial, os documentos exigidos neste Edital deverão ser apresentados tanto em relação à matriz quanto à filial.

11.9. A licitante poderá apresentar os comprovantes de regularidade junto à Seguridade Social – CND/INSS e junto ao FGTS centralizados junto à matriz desde que junte comprovante da centralização do recolhimento das contribuições, e apresente certidão em que conste o CNPJ da entidade centralizadora.

12 – ADJUDICAÇÃO:

12.1. Verificado o atendimento das condições de habilitação da licitante classificada em primeiro lugar, esta será confirmada vencedora, para adjudicação do objeto da licitação.

12.2. Se a primeira proponente classificada não atender às exigências de habilitação, recusar-se a formalizar o ajuste ou estiver impedida de fazê-lo no prazo estabelecido neste Edital e sem embargo da aplicação das penalidades nele previstas, será examinada a documentação das subsequentes proponentes classificadas, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes, respeitada a ordem de classificação, para, querendo, fazê-lo em igual prazo e, preferencialmente, nas mesmas condições da primeira classificada, ou revogar a licitação.

13 - RECURSOS:

13.1. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 03 (três) dias para apresentação das razões do recurso, **ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contra-razões em igual número de dias**, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

13.2. A falta de manifestação imediata e motivada da licitante importará a decadência do direito de recurso e adjudicação do objeto pela Pregoeira ao vencedor.

13.3. Qualquer recurso e impugnação contra a decisão da Pregoeira, não terá efeito suspensivo.

13.4. O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.5. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no Setor de Pregão/Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Adustina- BA, situado à Av. José Joaquim de Santana, s/n, Centro, Adustina, Bahia.

14 – HOMOLOGAÇÃO:

14.1. Decorridas as fases anteriores, a decisão será submetida à autoridade superior competente para homologação.

14.2. A adjudicação do objeto e a homologação da licitação não obrigam a administração à aquisição do objeto licitado.

15 - SUSTAÇÃO DO PAGAMENTO, CONTROLE DE QUALIDADE E RECUSA DO (S) PRODUTO(S) E SERVIÇOS:

15.1 Poderão ser sustados pela Prefeitura Municipal de Adustina - BA, quando os serviços e/ou produtos não estiverem de acordo com a descrição do anexo I, ou por inadimplemento de quaisquer itens e subitens deste edital.

15.2 Os serviços e/ou produtos prestados de conformidade com o anexo I, objeto do presente edital estarão sujeito a amplo controle de qualidade, realizado quando pela Secretaria Municipal Responsável da Prefeitura Municipal de Adustina - BA.

16. PAGAMENTO:

16.1. O pagamento devido ao contratado será efetuado através de ordem bancária ou credito em conta corrente em até 30 (trinta) dias contados da data da entrega dos materiais, da nota fiscal/fatura, devidamente atestado a execução contratual, considerando a entrega no mês, desde que não haja pendência a ser regularizada pelo contratado.

16.2. A nota fiscal/fatura não aprovada pelo CONTRATANTE, será devolvida à CONTRATADA para as necessárias correções, contando-se os prazos acima estabelecidos a partir da data de sua reapresentação para efeito de pagamento.

16.3. A devolução da fatura não aprovada pelo CONTRATANTE, em hipótese alguma, servirá de pretexto para que a CONTRATADA suspenda o serviço do objeto deste contrato.

16.4. A Nota Fiscal deverá está acompanhada das seguintes Certidões Negativas: (Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e Contribuições Federais e à Dívida Ativa da União), Certidão de Regularidade junto ao FGTS, Certidão de regularidade fiscal perante as Fazendas Estadual e Municipal do domicílio do licitante e Certidão de regularidade perante a Justiça do Trabalho (Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas).

17 – CONTRATAÇÃO:



17.1 As cláusulas contratuais serão estabelecidas de acordo com este instrumento e conforme minuta do contrato Anexo V, e com as normas da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

18 - DO PRAZO:

18.1. O prazo previsto para vigência do contrato é a partir da sua assinatura e término de acordo com a Cláusula Décima Quinta - da Vigência, conforme minuta do contrato constante do Anexo V, deste Edital.

18.2 Após a homologação da licitação, o licitante vencedor será convocado por escrito ou não para no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, retirar, assinar e devolver o instrumento contratual, na forma da minuta apresentada no Anexo V, adaptado à proposta vencedora.

19 - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

19.1 Os recursos necessários e suficientes para pagamento dos encargos resultantes do presente **PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2019**, correrão por conta da dotação orçamentária abaixo:

Secretaria: 2050 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unidade 2050 – FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Proj/ Ativ : 2.012 - Gestão das Ações do Ensino Fundamental - MDE

Elemento: 33 .90.30 - 00 – Material de Consumo

Fonte: 1 - Receitas de Impostos e Transferências de Impostos Educação 25%

Secretaria: 2050 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unidade 2050 – FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Proj/ Ativ : 2.014 - Gestão das Ações do Salário Educação - QSE

Elemento: 33 .90.30 - 00 – Material de Consumo

Fonte: 4 - Contribuição ao Programa Ensino Fundamental Salário Educação

Secretaria: 2050 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unidade 2050 – FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Proj/ Ativ : 2.016 - Gestão das Ações da Merenda Escolar

Elemento: 33 .90.30 - 00 – Material de Consumo

Fonte: 0 - Recursos Ordinários

Fonte: 15 –Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE

Fonte: 22 – Transferências de Convênios- Educação

20 – PENALIDADES:

20.1 As sanções e penalidades que poderão ser aplicadas ao fornecedor são as previstas na Lei Federal nº10.520, de 17 de agosto de 2002, e na Lei Federal nº8.666, de 21 de agosto de 1993 e suas alterações neste Edital e no Contrato, conforme minuta constante do Anexo V deste Edital.

20.2. Penalidades que poderão ser cominadas:

20.2.1. De acordo com o art. 7º, da Lei Federal nº 10.520, de 17.07.2002, o (a) CONTRATADO (A) sem prejuízo das demais cominações legais e contratuais, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, na hipótese de:

- a) Recusar-se a retirar a ordem de serviço/fornecimento, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta.
- b) Cometimento de fraude fiscal demonstrada durante ou após a realização do certame.
- c) Fraude na execução do contrato.
- d) Descumprimento das obrigações decorrentes do contrato.
- e) Deixar de apresentar os documentos discriminados no edital, tendo declarado que cumpria os requisitos de habilitação.
- f) Apresentação de documentação falsa para participação no certame, conforme registrado em ata ou demonstrada em procedimento administrativa, mesmo que posterior ao encerramento do certame.
- g) Retardamento da execução do certame, por conduta reprovável da licitante registrada em ata.
- h) Não manutenção da proposta após a adjudicação.
- i) Desistência de lance verbal realizado na fase de competição.
- j) Comportamento inidôneo durante a realização do certame, registrado em ata.
- l) Cometimento de fraude fiscal demonstrada durante ou após a realização do certame.
- m) Fraude na execução do contrato.
- n) Descumprimento das obrigações decorrentes do contrato.



20.3 Na aplicação das penalidades previstas neste edital, a administração considerará motivadamente, a gravidade a falta, seus efeitos, bem como os antecedentes da licitante ou contratada, graduando-as e podendo deixar de aplicá-las, se admitidas às justificativas da licitante ou contratadas nos termos do que dispõe o art. 87, caput, da Lei Federal 8.666, de 1993.

20.4 As penalidades aplicadas serão registradas no cadastro da licitante/contratada.

20.5 Nenhum pagamento será realizado à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade (inadimplência contratual).

21 – JULGAMENTO:

21.1 Será inabilitada a empresa cuja documentação não atenda as exigências editalícia, inclusive, se consideradas inaptas e/ou inidôneas.

21.2 Para fins de julgamento serão considerada a proposta que apresentar o MENOR PREÇO POR ITEM, uma vez atendidas às condições do edital.

22 - DESCLASSIFICAÇÃO:

Será desclassificada do processo licitatório a proposta que:

22.1. Não contiver informações que permitam a perfeita identificação e qualificação do objeto cotado.

22.2. Contiver emenda, rasura, ou entrelinha, de forma a não permitir a sua compreensão.

22.3. Apresentar divergência entre a proposta e o anexo I.

22.4. Apresentarem preços excessivos ou inexequíveis, nos termos do inciso II do art. 48, da Lei 8.666/93.

22.5. Apresentar o prazo de validade da proposta inferior ao estabelecido no Edital.

22.6. Não apresentar qualquer das declarações e/ou documentos comprobatórios exigidos neste Edital.

23 - DISPOSIÇÕES GERAIS:

23.1. O presente Edital e seus anexos bem como a proposta do licitante vencedor farão parte integrante do contrato, independentemente de transcrição.

23.2. É facultada a Pregoeira ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.

23.3. Fica assegurado ao Município de Adustina - BA, o direito de no interesse da Administração, anular ou revogar, a qualquer tempo, no todo ou em parte, a presente licitação, dando ciência aos participantes, na forma da legislação vigente.

23.4. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação do extrato do Contrato no Mural da Prefeitura Municipal e/ou no Diário Oficial dos Municípios, conforme dispõe a legislação vigente.

23.5. Os proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

23.6. Após apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fatos superveniente e aceito pela Pregoeira.

23.7. O proponente que vier a ser contratado ficará obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessário, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

23.8. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecido desde que não haja comunicação da Pregoeira em contrário.

23.9. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus anexos, excluir-se-á (dia do início e inclusiva a o do vencimento). Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Prefeitura Municipal de Adustina / BA.

23.10. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importa no afastamento do licitante, desde que sejam possíveis as aferições das suas qualificações e as exatas compreensões da sua proposta, durante a realização da sessão pública Pregão Presencial.

23.11. As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento da segurança do futuro contrato.

23.12. A homologação do resultado desta licitação não implicará em direito à contratação.

23.13. Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes na Lei Federal nº 10.520, de 17/07/2002, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações e demais legislações subsequente pertinente à matéria.

23.14. Caso algum órgão expedidor de documento exigido nesta licitação se encontre em greve, se a licitante não possuir documento com prazo de validade vigente, deverá apresentar o documento vencido, juntamente com a comprovação de que o órgão expedidor se encontra em greve através de: cópia de matéria e/ou reportagem em jornais ou revistas e/ou declaração do próprio órgão expedidor, apresentando o documento vencido 72 (setenta e duas) horas após o término da greve.



23.15. A previsão dos pagamentos no prazo previsto no item 16 fica condicionada à liberação dos recursos no caso de convênios com outras esferas da Administração Pública, sem que isso implique na suspensão da prestação dos serviços contratados ou entrega / fornecimento dos produtos licitados.

23.16. A licitante poderá obter informações e esclarecimentos necessários ao perfeito conhecimento desta licitação, junto a Prefeitura Municipal de Adustina – BA, de segunda a sexta-feira, no horário das 08:00 às 12:00 horas, na Av. José Joaquim de Santana, s/n, centro, Adustina, Bahia, com a Pregoeira e equipe de apoio.

23.17. São partes integrantes deste edital:

I ANEXO I: Termo de Referência.

II ANEXO II: Modelo de Declaração Fatos Impeditivos.

III ANEXO III: Modelo de Credenciamento.

IV ANEXO IV: Declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação.

V ANEXO V: Minuta de Contrato.

VI ANEXO VI: Modelo de Declaração de Cumprimento do disposto na Constituição Federal, em seu artigo 7º, Inciso XXXIII.

VII ANEXO VII: Modelo de Declaração de Atendimento ao esculpido no § 2º, do artigo 32, da Lei Federal n.º 8.666/93.

VIII ANEXO VIII: Modelo de Proposta de Preços.

Adustina- BA, 13 de fevereiro de 2019.

Lenice V. Santos
Pregoeira Oficial



ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETIVO:

1.1. O presente Termo de Referência tem por objetivo definir o conjunto de elementos que norteiam a contratação de empresa para o fornecimento de gêneros alimentícios (frutas e verduras) destinados ao preparo da merenda escolar e do Programa Mais Educação do Município de Adustina/Bahia, conforme especificações e condições constantes neste termo de referência.

2. JUSTIFICATIVA:

2.1 A contratação de empresa para o fornecimento de forma parcelada de gêneros alimentícios (frutas e verduras) se faz necessário, visto que o fornecimento de alimentos variados contribua para o crescimento e desenvolvimento saudável dos alunos matriculados nas Unidades de Ensino, bem como no Programa Mais Educação do Município de Adustina, garantindo melhoria do rendimento escolar e segurança alimentar e nutricional, a fim de atender o Programa Nacional de Alimentação Escolar durante o ano letivo de 2019, conforme preceitua a Legislação Vigente.

3. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:

3.1. A contratação, objeto deste termo de referencia, tem amparo legal, integralmente, na Lei Federal nº 10.520/2002 subsidiada pela Lei Federal nº 8666/93 e suas alterações, Lei Complementar nº 123/06.

4. PRAZO E LOCAL DE ENTREGA

4.1. A entrega será realizada de forma parcelada (diariamente ou semanalmente), conforme a necessidade), através da autorização de fornecimento emitida pela Secretaria Municipal de Educação;

4.2. A autoridade competente expedirá ordem de fornecimento, conforme cronograma de entrega e encaminhará à contratada;

4.3. A entrega do objeto será de imediato, após o recebimento da autorização de entrega, acompanha das respectivas Notas Fiscais;

4.4. O Ganhador dos itens deverá fazer a entrega no almoxarifado da Secretaria Municipal de Educação, com pedido feito pela Secretaria Municipal de Educação;

4.5. Os materiais fornecidos serão conferidos no momento da entrega, e se a quantidade e/ou qualidade dos mesmos não corresponder às especificações exigidas, a remessa apresentada será devolvida para substituição ou adequações, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, sem ônus para o Município. O atraso na substituição dos mesmos acarretará a suspensão dos pagamentos, além da aplicação das penalidades previstas.

5. VALIDADE DA PROPOSTA

5.1. O prazo de validade da proposta é não inferior a 60 (sessenta) dias.

6. VIGÊNCIA DO CONTRATO

6.1. O prazo de vigência do contrato é de 12 (doze) meses a contar a partir da data de assinatura do contrato, podendo ser prorrogado, sofrer acréscimo ou redução em razão de interesse público poderá as partes celebrar Termos Aditivos ao contrato de acordo com os dispositivos da Lei Federal nº 8.666/93, artigos 57 e 65, os quais, depois de aprovados, passarão a integrar o presente.

7. PLANILHA DE ESPECIFICAÇÃO E ORÇAMENTO ESTIMADO DA ADMINISTRAÇÃO

FRUTAS E VERDURAS					
ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	UNID.	V. UNIT	V. TOTAL
1	ABACAXI, de primeira qualidade, in natura, apresentando grau de maturação que permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo, com ausência de sujidades, parasitos e larvas.	1.600	KG	R\$ 3,00	R\$ 4.800,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE ADUSTINA – BAHIA

CNPJ: 16.298.929/0001-89

Av. José Joaquim de Santana, s/n – Centro – Adustina - BAHIA

Fone/Fax: (075) 3496-2130



2	ALHO de 1ª qualidade, branco, inteiro, classe 7, com diâmetro do bulbo maior que 70mm, apresentando coloração do catafilo externo branca c/ listras roxas, coloração da película do bulbilho branca e baixo poder de condimentação, o lote devera apresentar homogeneidade visual de tamanho e coloração, não apresentar os defeitos brotado, chocho, podridão, murcho, fermento, passado ou quebrado grave (ausência de mais de 50% dos bulbilhos), devendo ser entregue em embalagem sub múltipla de 1,00 x 1,20m	120	KG	R\$ 21,08	R\$ 2.529,60
3	INHAME, de primeira qualidade, in natura, apresentando grau de maturação que permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo, com ausência de sujidades, parasitas e larvas.	180	KG	R\$ 7,30	R\$ 1.314,00
4	CENOURA, de primeira qualidade, in natura, sem folhas, tamanho médio, uniforme, sem ferimentos ou defeitos, sem corpos estranhos.	1.000	KG	R\$ 6,64	R\$ 6.640,00
5	MACÃ, de primeira, in natura, apresentando grau de maturação, tal que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo, de aspecto firme e íntegro.	2.500	KG	R\$ 6,80	R\$ 17.000,00
6	MANGA tipo rosa, de primeira qualidade, in natura, apresentando grau de maturação que permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo, com ausência de sujidades, parasitas, larvas e enfermidades, devendo ser transportada de forma adequada, apresentando grau de amadurecimento ideal para o consumo.	1.800	KG	R\$ 3,01	R\$ 5.418,00
VALOR TOTAL					R\$ 37.701,60



ANEXO II

DECLARAÇÃO

Papel Timbrado da Empresa

A empresa....., inscrita no CNPJ sob o nº, por intermédio do seu representante legal o (a) Sr. (a), portador (a) da carteira de identidade nº e do CPF nº, DECLARA, sob as penas da lei, que não está sujeita a qualquer impedimento legal para licitar ou contratar com a Administração, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

DECLARA ainda, a INEXISTÊNCIA de fatos supervenientes que impossibilite sua habilitação no PREGÃO PRESENCIAL Nº XXX/2019, pois que continuam satisfeitas as exigências previstas no art. 27 da Lei nº 8.666/93 e alterações.

LOCAL/DATA,dede 2019.

(Assinatura do representante legal)



ANEXO III
TERMO DE CREDENCIAMENTO

A empresa _____ com sede na _____, CNPJ nº _____ representada pelo (a) Senhor (a) _____, CREDENCIA o (a) Sr (a) _____ (CARGO) _____, portador (a) do RG. nº _____ e inscrito no CPF sob nº _____, para representá-la perante a PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ADUSTINA/BA na licitação por pregão nº...../2019, podendo formular lances verbais e praticar todos os atos inerentes ao certame, inclusive interpor e desistir de recursos em todas as fases licitatórias.

NOME: _____

R.G.: _____

CARGO: _____

.....
Nome e qualificação do dirigente da empresa



ANEXO IV

DECLARAÇÃO DO CUMPRIMENTO DE REQUISITO DE HABILITAÇÃO

(NOME DA EMPRESA) _____ CNPJ nº _____ sediada (endereço completo) _____ por intermédio de seu representante legal, infra-assinado, para cumprimento do previsto do Inciso VII, do art. 4º, da Lei Federal nº10.520, de 17/07/2002 e no subitem 7.7 do edital, e para os fins do Pregão Presencial nº/2019, declara expressamente que cumpre plenamente os requisitos de habilitação exigidos no edital do Pregão Presencial em epígrafe.

Local e Data

Assinatura do responsável pela empresa

Nome ou carimbo: _____

Cargo ou carimbo: _____



ANEXO V

MINUTA DO CONTRATO

Contrato que celebram o Município de /, e a empresa
_____ para

CLÁUSULA PRIMEIRA–DAS PARTES

O Município de, Pessoa Jurídica de Direito Público, com endereço na, s/n de CNPJ sob o nº, neste ato representado pelo senhor, portador da cédula de identidade nº SSP/..... e CPF nº, residente e domiciliada nesta cidade de –, doravante denominado **CONTRATANTE** e a empresa CNPJ/MF nº, sediada na, Nº.....-Bairro....., por seu representante legal infra-assinado, portador da cédula de identidade nº SSP/..... e CPF nº, residente e domiciliado na, Bairro....., Cidade....., doravante designado respectivamente: **CONTRATANTE E CONTRATADA**; firmam o presente contrato de decorrente da homologação, pelo Prefeito do Município de em despacho datado de ___/___/___, oriundo da licitação na modalidade pregão presencial nº ____/2019, sujeitando-se os contratantes à Lei Federal nº 10.520, de 17/07/2002, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666/93, suas alterações e demais legislação complementar vigente e pertinente à matéria e as cláusulas abaixo descritas:

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

Contratação de, conforme especificações constantes no Termo de Referência – Anexo I do edital do Pregão Presencial nº ____/2019.

CLÁUSULA TERCEIRA – PRAZO E LOCAL DA ENTREGA

- 3.1. A entrega será realizada de forma parcelada (diariamente, semanalmente ou quinzenal conforme necessidade), através da autorização de fornecimento emitida pela Secretaria Municipal de Educação;
- 3.2. A autoridade competente expedirá ordem de fornecimento, conforme cronograma de entrega e encaminhara à contratada;
- 3.3. A entrega do objeto será de imediato, após o recebimento da autorização de entrega, acompanhados das respectivas Notas Fiscais;
- 3.4. O Ganhador dos itens deverá fazer a entrega no almoxarifado da Secretaria Municipal de Educação, com pedido feito antecipadamente pela Secretaria Municipal de Educação;
- 3.5. Os materiais fornecidos serão conferidos no momento da entrega, e se a quantidade e/ou qualidade dos mesmos não corresponder às especificações exigidas, a remessa apresentada será devolvida para substituição ou adequações, no prazo máximo de (.....) horas, sem ônus para o Município. O atraso na substituição dos mesmos acarretará a suspensão dos pagamentos, além da aplicação das penalidades previstas.

CLÁUSULA QUARTA: REMUNERAÇÃO

A Contratante fixará ao presente Contrato o valor global de R\$ _____ (_____), conforme apurados nas notas fiscais / faturas em conformidade com o Pregão Presencial ____/2019.

CLÁUSULA QUINTA - DO CONTROLE DE QUALIDADE

Os materiais descritos e quantificados no Anexo I do edital de Pregão Presencial nº ____/2019, objeto do presente contrato estarão sujeitos a amplo controle de qualidade, a critério do contratante, quando do recebimento, diretamente pelo contratante.

CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO

- 6.1. O pagamento devido ao contratado será efetuado através de ordem bancária ou crédito em conta corrente em até (.....) dias contados da data da entrega dos materiais, da nota fiscal/fatura, devidamente atestado a execução contratual, considerando a entrega no mês, desde que não haja pendência a ser regularizada pelo contratado.
- 6.2. A nota fiscal/fatura não aprovada pelo CONTRATANTE, será devolvida à CONTRATADA para as necessárias correções, contando-se os prazos acima estabelecidos a partir da data de sua reapresentação para efeito de pagamento.
- 6.3. A devolução da fatura não aprovada pelo CONTRATANTE, em hipótese alguma, servirá de pretexto para que a CONTRATADA suspenda o serviço do objeto deste contrato.
- 6.4. A Nota Fiscal deverá está acompanhada das seguintes Certidões Negativas: (Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e Contribuições Federais e à Dívida Ativa da União), Certidão de Regularidade junto ao



FGTS, Certidão de regularidade fiscal perante as Fazendas Estadual e Municipal do domicílio do licitante e Certidão de regularidade perante a Justiça do Trabalho (Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas).

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS PENALIDADES

I - O (A) CONTRATADO (A) que descumprir quaisquer das cláusulas ou condições do presente instrumento ficará sujeita às penalidades previstas nos art. 86 e 87 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de agosto de 1993, a saber:

- a) Advertência;
- b) Suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a CONTRATANTE, por prazo não superior a dois anos;
- c) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública;
- d) Multa – a empresa contratada ficará sujeita a multa diária de 0,3% (três décimos por cento) sobre o valor total da contratação, até o máximo de 10% (dez por cento) pelo atraso injustificado na execução de qualquer obrigação contratual ou legal, podendo esse valor ser abatido no pagamento a que fizer jus a contratada, ou ainda, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, após comunicação formal. Não havendo o recolhimento no prazo estabelecido o valor da multa será cobrado judicialmente;

II – De acordo com o art. 7º, da Lei Federal nº 10.520, de 17.07.2002, o (a) CONTRATADO (A) sem prejuízo das demais cominações legais e contratuais, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, na hipótese de:

- a) Recusar-se a retirar a Ordem de fornecimento, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;
- b) Cometimento de fraude fiscal demonstrada durante ou após a realização do certame;
- c) Fraude na execução do contrato;
- d) Descumprimento das obrigações decorrentes do contrato.

CLÁUSULA OITAVA – DA FISCALIZAÇÃO

A fiscalização e o acompanhamento da execução deste instrumento ficará a cargo das Secretaria Municipal de....., ou preposto credenciado por esta indicado, que verificará a sua perfeita execução e o fiel cumprimento das obrigações contratadas.

CLÁUSULA NONA – DO REAJUSTE DE PREÇOS

Fica estabelecido que não haverá reajuste nos preços pactuados, salvo na ocorrência de desequilíbrio econômico financeiro do contrato, o CONTRATANTE poderá restabelecer a relação pactuada, nos termos do artigo 65, inciso II, letra d, da Lei Federal nº 8.666/93, mediante comprovação documental e requerimento expresso do(a) CONTRATADO(A).

CLÁUSULA DÉCIMA- DA SUSTAÇÃO DE PAGAMENTO

O pagamento poderá ser susgado pelo CONTRATANTE quando os materiais não estiverem de acordo com as especificações contidas no Anexo I, ou por inadimplemento de qualquer cláusula deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

O presente contrato poderá ser alterado, através de termos aditivos, por acordo entre as partes, ou unilateralmente por parte do CONTRATANTE e de acordo com o art. 65 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO DO CONTRATO

A inexecução total ou parcial deste contrato ensejará a sua rescisão com as consequências contratuais e as previstas em lei e regulamento. A rescisão também poderá ocorrer por ato unilateral do CONTRATANTE mediante ato motivado e previsto em lei, amigável, por acordo entre as partes, e judicial, nos termos da Lei.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA VINCULAÇÃO

O presente contrato vincula-se ao edital de Pregão Presencial nº ____/2019 e à proposta de preços apresentada pelo (a) CONTRATADO (A), em conformidade com o Anexo VIII do referido Edital.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas da presente contratação correrão a conta das seguintes dotações orçamentárias:

Secretaria:-

Projeto/atividade:-

Elemento de despesa:-

Fonte:-

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA VIGÊNCIA

O prazo de vigência do contrato é de (.....) meses a contar a partir da data de assinatura do contrato, podendo ser prorrogado, sofrer acréscimo ou redução em razão de interesse público, poderá as partes celebrar Termos Aditivos ao contrato de acordo com os dispositivos da Lei Federal nº 8.666/93, artigos 57 e 65, os quais, depois de aprovados, passarão a integrar o presente.



CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO O (A) CONTRATADO (A)

Fica obrigado (a) a manter durante a execução deste contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES

I – DA CONTRATADA:

A empresa vencedora fica obrigada a cumprir adequadamente as obrigações especificadas no edital de Pregão Presencial nº ____/2019, seus anexos e, especialmente:

- a) Executar a entrega conforme termo de referência - anexo I do Edital de Pregão Presencial nº ____/2019.
- b) Responder por si e por seus prepostos, por danos causados ao Município ou a terceiros por sua culpa ou dolo;

II– DA CONTRATANTE:

- a) Efetuar o pagamento nas condições e preços pactuados;
- b) Esclarecer à CONTRATADA toda e qualquer dúvida, em tempo hábil, com relação ao fornecimento do material;
- c) Rejeitar no todo ou em parte, por intermédio da fiscalização, o fornecimento dos materiais que estejam em desacordo com o firmado, podendo exigir, a qualquer tempo, a substituição dos que jogar insuficientes ou inadequados;
- d) Aplicar a contratada as penalidades depois de constatar as irregularidades garantido o contraditório e ampla defesa;
- e) Notificar a vencedora, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas na execução do contrato, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA LEGISLAÇÃO

Aplica-se à execução deste contrato e especialmente aos casos omissos, a Lei Federal nº10.520, de 17/07/2002, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666/93, suas alterações e demais legislação complementar.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

O Contratado ficará obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessário, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

A previsão dos pagamentos no prazo fica condicionada à liberação dos recursos no caso de com outras esferas da Administração Pública, sem que isso implique na suspensão da prestação dos serviços contratados ou entrega / fornecimento dos produtos licitados.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DA PUBLICIDADE.

O CONTRATANTE providenciará a publicação, em resumo, no mural da Prefeitura Municipal de Adustina, do extrato do contrato, bem como publicações de extratos de termos aditivos, se for o caso, e outras determinadas em Lei, na forma prescrita no art. 61, parágrafo único, da Lei nº. 8.666/93.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DO FORO.

Para todas as questões oriundas do presente contrato, será competente o foro da cidade de Adustina/ BA, Comarca de Paripiranga/BA com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por assim justas e contratadas as partes assinam o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor, para que produza todos os efeitos legais e resultantes de direito.

Adustina (BA), ____ de _____de 2019.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

CONTRATANTE

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

CPF N° XXXXXXXXXX

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

CPF N° XXXXXXXXXX



ANEXO VI

D E C L A R A Ç Ã O

(Razão Social do LICITANTE), inscrita no CNPJ sob o nº _____, sediada na (endereço completo) _____, declara, sob as penas da Lei, para os fins requeridos no inciso XXXIII, do artigo 7º da Constituição Federal, consoante o que se estabeleceu no artigo 1º, da Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não tem em seu quadro de empregados, menores de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, bem como em qualquer trabalho, menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos.

Local/Data, ____ de _____ de 2019.

(Nome e assinatura do Declarante)



ANEXO VII
D E C L A R A Ç Ã O

Declaro, sob as penas da lei, para os devidos fins, que a empresa (Razão Social do LICITANTE), inscrita no CNPJ sob o nº _____, sediada na (endereço completo) _____ não foi declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, nos termos do inciso IV, do artigo 87 da Lei nº 8.666/93, e que comunicarei qualquer fato impeditivo ou evento superveniente à entrega dos documentos de habilitação, que venha alterar a atual situação quanto à capacidade jurídica, técnica, regularidade fiscal e idoneidade econômico-financeira, nos termos do parágrafo 2º do artigo 32 da Lei nº 8.666/93 alterado pela Lei nº 9.648/98.

Local/Data, ____ de _____ de 2019.

(Nome e assinatura do Declarante)



ANEXO VIII

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

A
Prefeitura de Adustina - BA.
Av. José Joaquim de Santana, s/n – Centro – Adustina/BA.

Licitação Na Modalidade Pregão Presencial N°. ____/2019

Abertura: Dia ____/____/____

Eu _____, portador do RG. N.º. _____ e inscrito no CPF sob n.º _____, residente e domiciliado na Rua _____, Bairro _____ na cidade de _____, pelo presente, proponho-me o fornecimento de _____-- conforme necessidade e de acordo com as especificações constantes no edital e anexo I – Termo de Referência, de Pregão Presencial n.º ____/2019 e de acordo as condições apresentadas nesta proposta.

ITEM	DISCRIMINAÇÃO DOS MATERIAIS	QUNAT	UND	V.UNIT.	V. TOTAL
					R\$

VALOR GLOBAL POR EXTENSO (.....)

Cumpre-nos informar-lhes ainda que examinamos os documentos da licitação, inteirando-nos dos mesmos para elaboração da presente proposta.

E, em consonância aos referidos documentos, declaramos:

- 1 – Que estamos cientes e concordamos com os Termos do Edital em epígrafe e das cláusulas da minuta do contrato em anexo;
- 2 – Que o prazo de validade da presente proposta, contados a partir da data de abertura do conjunto proposta, é de 60 (sessenta) dias;
3. Assumimos responsabilidade pelos materiais cotados e classificados em perfeitas condições para o uso e de acordo com as especificações solicitadas.
- 4 – Que nos preços apresentados já estão contemplados todos os impostos, custos diretos e indiretos, taxa de administração, despesas com pessoal e ou descontos ou vantagens, e demais encargos pelos materiais.
- 5 – Dados Bancários para pagamento;

Assinatura
CPF sob n.º. _____